

**Rui Moreira de Carvalho**  
Docente da Universidade Lusófona

## **A Racionalidade da Economia Rural<sup>1</sup>**

### RESUMO

Os diferentes ritmos de crescimento da procura dos vários bens de consumo, como consequência das subidas do rendimento global e do rendimento por habitante, são um fenómeno conhecido, tecnicamente explicado pela ciência económica através da existência de diferente elasticidade procura-rendimento, conforme os bens e os níveis de rendimento. Ora acontece que os bens transformados de ponta e os serviços, em que se especializam tradicionalmente os países mais desenvolvidos, têm apresentado, por norma, um maior dinamismo da procura. Este mecanismo tem aumentado o hiato referente aos níveis de desenvolvimento dos países (Norte *versus* Sul). Há, porém, excepções, resultantes sobretudo da procura excepcional de certos recursos naturais.

As alterações naturais dos termos de troca resultam do funcionamento dos próprios mecanismos do mercado. A existência de processos de troca desigual está dependente, não só da existência de mecanismos de coacção na produção e nas trocas, isto é, de esquemas de funcionamento de direcção central, ou de fenómenos de imposição de procedimentos por certas unidades económicas, ou outras, por processos exteriores ao mercado, como, também, do seu valor de mercado (ganho de competitividade; substituição de produtos; maior oferta mundial).

O desenvolvimento rural não trata apenas de variáveis económicas (produtividade, capital, poupança, trocas comerciais e tecnologia). Trata também daquilo a que poderemos denominar de sociologia do desenvolvimento, isto é, das estruturas sociais, cultura, ética; trata de capital humano e de desenvolvimento de recursos humanos e trata, ainda, de desenvolvimento político, da importância da democracia e da transparência.

Apenas o facto de termos a tendência de ver os agregados familiares e as famílias camponesas como consumidores, em vez de considerarmos produtores, pode fazer com que corramos o risco de cometer erros.

De facto, a maioria dos camponeses africanos encontra-se excluída do mercado. Por diversos motivos estão numa economia de subsistência.

Uma das características da agricultura africana reside no facto de que a produção intervém nos pequenos agregados familiares, cujo acesso à terra é garantido por toda uma gama de direitos e obrigações tradicionais. Tendo em conta a importância da terra, raros são os autores que indicam, explicitamente, quais os sistemas mais compatíveis com a nova corrente de “liberalização”.

A necessidade de um “mercado de terras”, ou de se darem aos camponeses direitos sobre as terras, que lhes possam servir de garantia para a obtenção de empréstimos é regularmente colocada. No entanto, a maior rentabilidade da agricultura (efeito dimensão) atrairá grupos sociais que tenderão a monopolizar a terra.

A rede de contactos informais e insensíveis que se criou não passa, na realidade, de uma pequena parcela da “sociedade de bem-estar” que o Estado ainda não teve capacidade de criar a nível nacional. Somos também da opinião que somente quando se tiver estabelecido esse nível mínimo será possível desenvolver-se a rede comercial. Experiências anteriores demonstram claramente que os camponeses não produzem mais se receberem mais dinheiro pelos seus

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte integrante do livro “Compreender África”, Lisboa; Editora Temas & Debates, 2003, do mesmo autor.

produtos, isto é, não são os preços ao produtor em si que são decisivos. De importância consideravelmente maior é o acesso dos camponeses a bens de consumo e a serviços sociais. De modo a aproveitar a existente capacidade de mobilização de recursos, o Estado tem, em suma, que fornecer os bens e os serviços de que a sociedade camponesa necessita

Conclui-se, assim, que o crescimento lento da agricultura foi um dos factores principais que contribuiu para a fome e pobreza, nos países menos desenvolvidos. É necessário aplicar políticas que passem, forçosamente, por questões como a equidade na distribuição de rendimentos, a propriedade das terras, as relações de produção, o financiamento através de um sistema financeiro da actividade, as relações intersectoriais e a divisão do trabalho entre os sexos.

## ABSTRACT

The different growth rhythms related to the demand of consumer goods which result from the increase of global income as well as the income per inhabitant are a well known phenomenon which can be explained in technical terms by economic science, due to the demand/offer flexibility according to the goods and levels of income. Therefore the transformed goods and the services? the traditional areas of specialization of developed countries - have shown greater dynamism of the offer. This mechanism has increased the gap of development levels of countries (North versus South). There are however exceptions which are a result of the unusual demand of certain natural resources.

Durante os anos oitenta, e parte da década de noventa, a África foi a única região do mundo, em vias de desenvolvimento, em que a produtividade do trabalho agrícola diminuiu. Entre 1980 e 1990 diminuiu 0,4% ao ano, ao mesmo tempo que aumentava 2,7%, no sul da Ásia, e 3,9%, no Médio Oriente e no Norte de África. Esse declínio parece ter-se acelerado nos anos 90. Há causas complexas para a explicação desse declínio, mas a má situação da infra-estrutura rural é seguramente uma das principais. Por exemplo, apenas 4,6% da terra agrícola da África, a sul do Sara, são irrigadas, em comparação com 38,4%, na Ásia. A rede rodoviária africana é de longe a menos desenvolvida e a que tem pior manutenção. A diminuição da produtividade, por sua vez, é uma causa da estagnação da produção que caracteriza o sector agrícola da região. Ali e Thorbecke<sup>2</sup> ligam todos esses factores a padrões chocantes de crescente pobreza rural em África, com 59% da população rural da região a viver abaixo do limiar da pobreza. A região, concluem eles, «em comparação com outras regiões, sofre da maior, mais grave e mais persistente pobreza, de distribuição mais desigual do rendimento, de produção alimentar *per capita* e produtividade do trabalho agrícola em declínio; e duma contínua explosão populacional».<sup>3</sup>

## 1. Crise Agrária em África

Para evitar a fome generalizada, um certo número de países teve de recorrer, nas últimas duas décadas, à importação de géneros alimentícios, precisamente num momento em que a sua capacidade de importação estava enfraquecida pela magreza das receitas provenientes da exportação, em resultado da redução do volume das exportações ou da deterioração dos termos de troca. De um modo geral, no decurso dos anos 80, o poder de compra, resultante das exportações agrícolas de África, diminuiu de ano para ano, enquanto que o volume das importações alimentares aumentou cerca de 5% em cada ano.

---

<sup>2</sup> Citado em Ali Abdel Gadir ali e Erik Thorbecke, "The State of Rural Poverty, Income Distribution and Rural Development in Sub-Saharan Africa", documento preparado para uma conferência do Consórcio Africano de Pesquisa Económica sobre Experiências Comparativas de Desenvolvimento em Ásia e na África, Joanesburgo, 6/11/1997, pp. 13

<sup>3</sup> Van de Walle, N. (2001); F. Calouste Gulbenkian; *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*; Quixote, pp. 151

Os governos africanos adoptaram genericamente estratégias que comprometeram seriamente a produção agrícola. A culpa deve-se, fundamentalmente, às políticas que defendiam a industrialização por “via administrativa”. Os elevados direitos alfandegários, aplicados para proteger uma indústria ineficaz e oligopolista, a sobrevalorização das taxas de câmbio, a fraqueza artificial das taxas de juro, a aplicação de taxas sobre produtos de exportação, e as “políticas dos preços pouco elevados dos géneros alimentícios”, contribuíram para a introdução de “distorções”, que retiraram competitividade ao sector agrícola.

Este continente teve de enfrentar, não uma “crise alimentar”, mas uma verdadeira crise agrária. Neste últimos anos, verificou-se uma ligeira melhoria da produção, discutindo-se a que se deve essa melhoria, se a efeitos climáticos ou a reformas políticas com efeitos na produtividade.

Forçada a comprar a uma indústria fortemente protegida, a agricultura teve de enfrentar uma deterioração dos seus termos de troca, que conduziu a uma diminuição dos rendimentos de trabalho e, conseqüentemente, contribuiu para o desencorajamento dos produtores directos.

Os diferentes ritmos de crescimento da procura dos vários bens de consumo, como consequência das subidas do rendimento global e do rendimento por habitante, são um fenómeno conhecido, tecnicamente explicado pela ciência económica através da existência de diferente elasticidade procura-rendimento, conforme os bens e os níveis de rendimento. Ora acontece que os bens transformados de ponta e os serviços, em que se especializam tradicionalmente os países mais desenvolvidos, têm apresentado normalmente um maior dinamismo da procura. Este mecanismo tem aumentado o hiato referente aos níveis de desenvolvimento dos países (Norte *versus* Sul). Há, porém, excepções, resultantes sobretudo da procura excepcional de certos recursos naturais.

## 2. Termos de Troca

As alterações naturais dos *termos de troca*<sup>4</sup> resultam do funcionamento dos próprios mecanismos do mercado. A existência de processos de troca desigual está dependente, não só da existência de mecanismos de coacção na produção e nas trocas (isto é, de esquemas de funcionamento de direcção central, ou de fenómenos de imposição de procedimentos por certas unidades económicas, ou outras, por processos exteriores ao mercado), como também, do seu valor de mercado (ganho de competitividade; substituição de produtos; maior oferta mundial).

**Quadro 1 - Índices dos «termos de troca»(1980=100)**

	1960	1970	1981	1990	1995
<b>Mundo</b>	83	85	102	100	96
Países desenvolvidos de economia de mercado	117	122	98	110	113
Países em desenvolvimento	45	38	109	77	70
Maiores exportadores de petróleo	21	18	119	67	45
Países «menos desenvolvidos» ( <i>Least Developed Countries</i> )	118	130	93	83	60

Fonte: UNCTAD, *Handbook of International Trade and Development statistic, 2000*

Pela importância do conceito, apresentamos os resultados de estudos elaborados<sup>5</sup> sobre o poder de compra, *em concreto*, que mostram que os termos de troca dos camponeses moçambicanos se agravaram substancialmente durante a primeira metade da década de 90.

### Quadro 2: Evolução dos termos de troca

1989 \_\_\_\_\_ 1995

<sup>4</sup> Termos de troca: quociente do preço médio de tonelada exportada pelo preço médio da tonelada importada, para cada categoria de países.

<sup>5</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders (1995): *ob. cit.*, pp. 59

Par de calças	27 Kg	44Kg
Camisas	18 Kg	30 Kg
Pilhas R20	2,5 Kg	4 Kg
Caderno	1,5 Kg	5 Kg

O quadro acima representado mostra a evolução da quantidade de milho que um camponês, da zona norte de Moçambique (Montepuez), teve de pagar para comprar bens de consumo em 1989 e em 1995.

No referido estudo os autores sugerem algumas razões para este agravamento da situação. Em primeiro lugar, os preços dos bens de consumo aumentaram mais do que os preços dos produtos agrícolas. Em segundo lugar, o comércio concentrou-se na mão de empresários que, muitas vezes, se encontram fora do controlo social local e raramente investem os seus lucros na produção e no emprego locais. Em terceiro lugar, as infra-estruturas existentes fazem com que os custos de transporte sejam altos. Tudo isto fez com que diminuísse o número de comerciantes, criando situações de monopólio relativo.

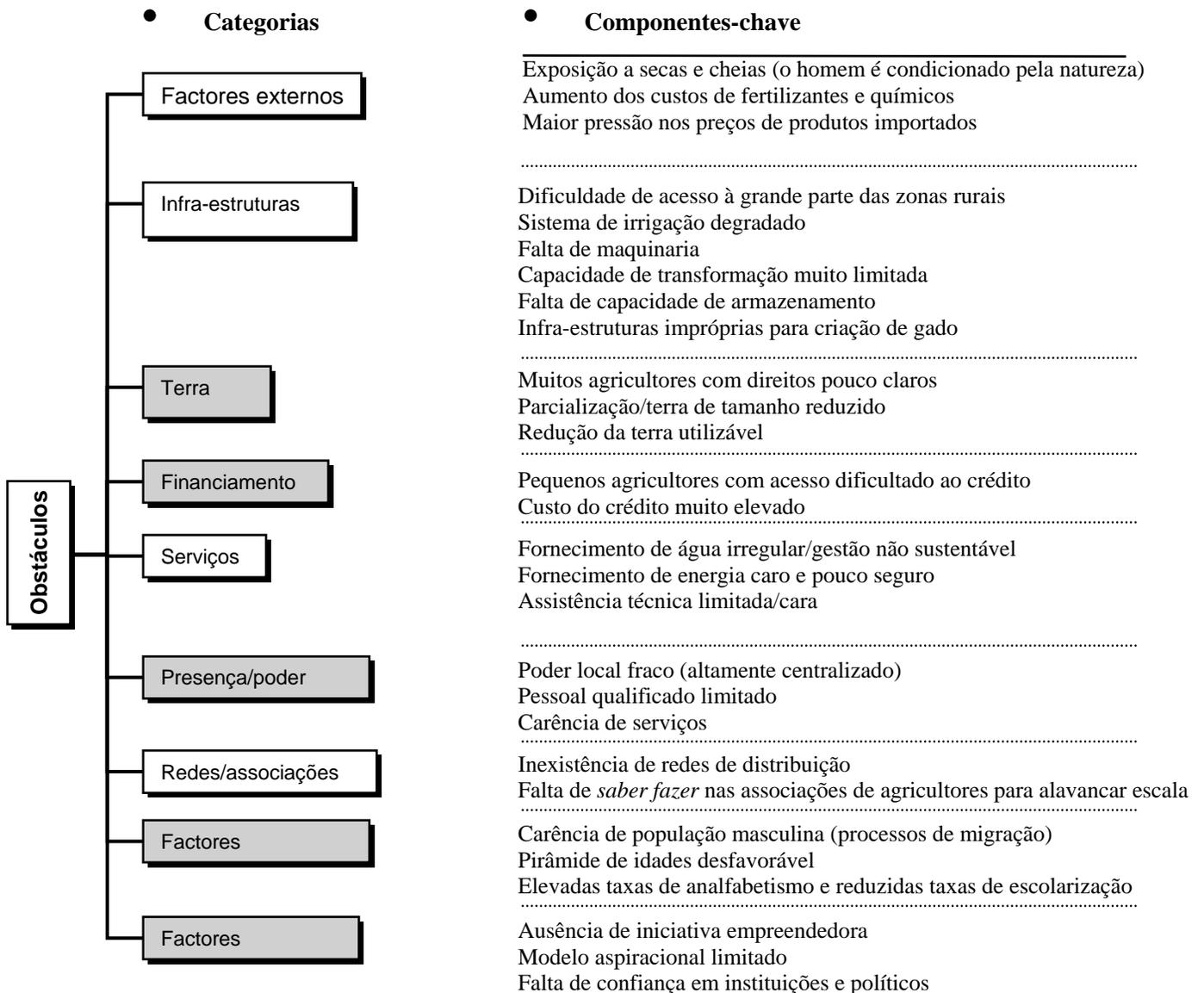
Mas esta crise da legitimidade da economia (coacção de mercado) reflecte-se também na actuação dos próprios comerciantes. Em certas zonas rurais, a economia está, mais uma vez, a abandonar a utilização do dinheiro. Questões como a desvalorização cambial, o efeito inflação e as elevadas taxas de juro praticadas fazem com que os operadores económicos prefiram a troca directa. O facto de muitos comerciantes, com elevada dimensão e conseqüente poder económico e político controlarem o mercado local, condiciona os restantes operadores económicos. Os grossistas decidem quais os retalhistas que podem actuar e sugerem, também, os preços a cobrar. Os que se recusam a seguir as instruções não recebem a necessária ajuda com transportes, créditos ou acesso a bens de consumo. Além disso, as autoridades locais, muitas vezes, não têm qualquer possibilidade de cobrar os impostos e tarifas estipulados na lei, permitindo que exerçam coacção perante os operadores económicos que tentem sair deste "jogo viciado".

### **3. Algumas Causas desta Crise**

África deve ser o continente onde as ONGs movimentam mais dinheiro a fazer estudos. Todas as instituições internacionais, com interesse na cooperação ou o apoio ao desenvolvimento, promoveram trabalhos para identificar e sugerir linhas de actuação. Infelizmente, poucas vezes conversam *seriamente* entre si.

A figura, a seguir apresentada, sugere uma matriz do problema.

**Figura 1: Principais obstáculos ao desenvolvimento rural**



Fonte: Desenvolver a região do Chókwé, Moçambique, Programa Competir, Mckinsey&Company, 2001

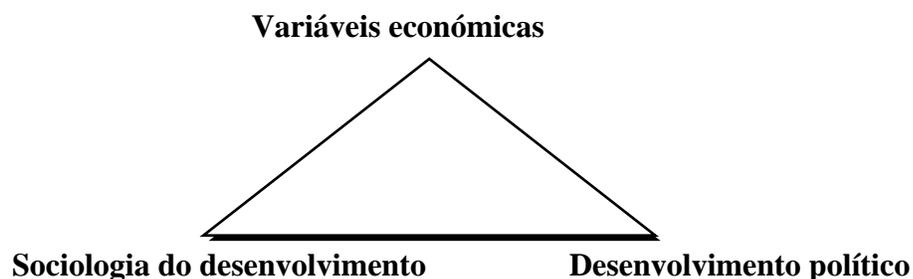
Como facilmente se depreende, as principais causas e as propostas estão identificadas. O que fazer? Como estimular o desenvolvimento de forma sustentável em termos económicos, sociais e ambientais? Qual o envolvimento público e privado necessários?

#### 4. O Conceito de Desenvolvimento Rural

O desenvolvimento rural não trata apenas de variáveis económicas (produtividade, capital, poupança, trocas comerciais e tecnologia). Trata também daquilo a que poderemos denominar de sociologia do desenvolvimento, isto é, das estruturas sociais, cultura, ética; trata de capital humano

e de desenvolvimento de recursos humanos e trata, ainda, de desenvolvimento político, da importância da democracia e da transparência.

**Figura 2: Desenvolvimento rural**



Desse modo, o contexto sócio-cultural confere uma outra dimensão à interpretação que é dada ao desenvolvimento rural enquanto aumento da produção agrícola para exportação.

## **5. Porque Fracassam Muitas das Políticas Preconizadas**

Em nossa opinião, muitos dos programas de promoção do desenvolvimento rural, implementados pelos governos, fracassaram porque as realidades coloniais não foram suficientemente ponderadas, nos processos de transição para as independências.

Os programas de dinamização da economia rural não avaliaram, de forma correcta, os problemas estruturais básicos como a limitação do mercado, a produtividade baixa, o acesso e a segurança da propriedade da terra, assim como o poder de compra reduzido. Numa primeira fase, os governos conferiram demasiada importância à capacidade do Estado e da burocracia (planeamento central). Posteriormente, na década de noventa, sobretudo por influência do Banco Mundial idealizou-se o desenvolvimento consubstanciado pelas forças de mercado. Contudo, continuou a ignorar-se as especificidades dos direitos das famílias camponesas (e o grau de exploração), agravando-se ainda mais o conflito clássico entre a modernização e a tradição. A fase do planeamento central (imediatamente a seguir à independência), como já foi referido, originou piores termos de troca, por um lado, porque as desvalorizações tiveram resultados sérios sobre as importações de bens de consumo de que os camponeses necessitavam e, por outro, devido à monopolização<sup>6</sup> e oligopolização<sup>7</sup> que aconteceu na rede comercial. Além disso, nenhuma das estratégias tentou quebrar o carácter de enclave da produção industrial, conseguindo-se efeitos de cadeia entre a produção agrícola e a produção industrial. A ligação entre elas continuou a ser mínima (não se complementava), constatando-se uma quota alta de importações para o sector agrícola enquanto o sector industrial tentava aumentar as exportações: estavam de "costas viradas".

## **6. Necessidade de Restabelecer a Infra-estrutura Física, Social e Comercial**

O problema principal para os camponeses, para além da falta de bens de consumo, eram as margens de lucro demasiado baixas dos comerciantes que ainda existiam. Para Abrahamsson e Nilsson (1995), num ensaio sobre Moçambique após a independência, a alteração paradigmática dos agentes económicos levou a um corte abrupto no funcionamento dos canais de distribuição.

---

<sup>6</sup> Monopólio – em sentido restrito: situação em que do lado da oferta existe um vendedor face a um grande número de pequenos compradores; no sentido lato: regime de fabrico, compra ou venda de produtos ou prestação de serviços ao público, caracterizado pela falta de concorrência ou pela sua forte limitação.

<sup>7</sup> Oligopólio – domínio do mercado ou de uma grande parte do mercado por um número pequeno de empresas, em que cada uma possui um poder económico importante que exerce independentemente, face a um grande número de pequenos compradores.

Segundo eles<sup>8</sup>, "os indianos passaram a ocupar-se das actividades comerciais dos portugueses. Contrariamente a estes, que conseguiam uma rentabilidade suficiente (apesar das pequenas quantidades comercializadas, das difíceis condições de armazenagem e de longos transportes) através da combinação da produção agrícola com as actividades comerciais, os indianos ocupavam-se apenas do comércio tendo, por isso, exigências de rentabilidade mais altas. O sistema comercial de preços reduziu as margens de lucro e o mercado negro passou a vigorar. Depois apareceu a desestabilização das zonas rurais com as estradas danificadas, as minas, as lojas e os armazéns incendiados e as viaturas destruídas."

A destruição das estradas, das viaturas e, particularmente, dos caminhos-de-ferro diminuiu, de forma drástica, a operacionalidade da distribuição física (logística). Deste modo, os canais de distribuição eram controlados por operadores, que estavam dispostos a assumir riscos muito elevados, logo, especulativos.

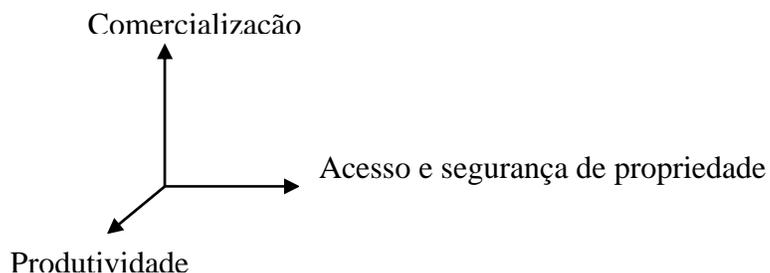
Com a substituição dos agentes dos canais de distribuição, deu-se uma alteração sistémica do mercado. A criação de excedentes deixou de fazer sentido porque o seu normal escoamento era difícil. Assistiu-se, pois, um retrocesso para uma economia de subsistência.

O fim do período de guerra e a estabilização político-económica faz surgir novos operadores. Vários estudos tentam sugerir pistas para relançar a rede comercial, de forma a promover o funcionamento dos mercados, a circulação de pessoas e bens, assim como a formação de uma atitude transparente por parte dos funcionários do Estado (fiscais).

## 7. Desenvolvimento Local

O conceito de desenvolvimento local sugere a criação de um espaço para medidas multisectoriais na medida em que exige não só um serviço de extensão rural, mas também, como já foi referido, infra-estruturas físicas e comerciais, que possam motivar os camponeses a estabelecer relações de troca.

**Figura 3: Desenvolvimento local**



No entanto, não podemos esquecer que os agricultores só conseguirão colocar os seus produtos no mercado se forem competitivos.

---

<sup>8</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders (1995): *ob. cit.*, pp. 115

O alargamento do espaço de trocas (mercado) permite aumentar a produtividade global da economia, não só graças à multiplicação de profissões e ramos de actividade especializados, mas também graças à divisão técnica das tarefas no seio das empresas. Para retomar o famoso exemplo de Adam Smith da fábrica de alfinetes, em que «um homem estica o arame, outro endireita-o, um terceiro corta-o, um quarto talha-o em ponta, um quinto aguça-o ao alto para receber a cabeça, etc.», torna-se claro que a ocupação a tempo inteiro de operários especializados, só é rentável a partir de um certo volume de vendas. Neste sentido, Smith podia afirmar que «a divisão do trabalho tem por limite a extensão dos mercados».

Deste modo, a internacionalização das economias seria apenas a prossecução de um processo orgânico de crescimento iniciado a nível local, em que a divisão do trabalho seria o vector importante. Segundo esta concepção tradicional, a sequência de encadeamentos que conduziu à formação de uma economia internacional poderia resumir-se sistematicamente desta maneira: a princípio, as unidades económicas de base (família, clãs, aldeias) vivem viradas para dentro e consomem o essencial da sua produção; porém, a organização autárquica da produção cria espaço de trocas quando aparecem excedentes, podendo estes ser trocados por outros bens produzidos por outras unidades; assim se formam mercados, lugares de circulação dos excedentes nos quais depressa surge a moeda, substituindo-se à troca e desmultiplicando as possibilidades de intercâmbio.<sup>9</sup>

A introdução de maquinaria, por sua vez, na esfera da produção provocou a constituição de mercados para os diferentes factores de produção (trabalho, terra, moeda), cuja disponibilidade permanente foi indispensável à rentabilidade dos investimentos.

Pode-se então aceitar que existe um círculo promotor de desenvolvimento em que a criação de excedentes promove a comercialização (e a concorrência) e, esta, por seu turno, remunera correctamente o produtor, neste caso, o agricultor.

Para o aumento da competitividade do agricultor, emerge, entre outros, a necessidade do aumento de produtividade. Importa, pois, de uma forma simples, sugerir alguns factores que influenciam este conceito.

<p>Crescimento = produtividade x capital x inovação Produtividade = custo da "mão-de-obra" x eficiência x regularidade (assiduidade) Eficiência = f (tecnologia) x custo e disponibilidade de capital x inovação (organizacional e espacial)</p>
--

## 8. Mobilização Local de Recursos

- Ao discutirmos o conceito de mobilização local de recursos distinguimos, nitidamente, duas fases:
- o Uma, a curto prazo, que fomenta o crescimento geral da produção para satisfação das necessidades básicas. Deste modo, as famílias poderão poupar, de forma a garantir a segurança alimentar, através de um capital mínimo traduzido em termos de gado, cabritos ou galinhas, sustentando-se nos anos em que as colheitas são menos propícias. A existência de melhores redes de segurança social e investimentos em bens domésticos fazem parte desta poupança de segurança;
  - o Outra, a médio prazo, que envolve a mobilização local de recursos. Esta encontra-se ligada às tentativas de consolidação de uma produção excedentária ao nível da comunidade local, contribuindo, assim, para o financiamento das necessidades sociais, tais como serviços de saúde, educação, manutenção de estradas, entre outros.

O combate à pobreza só pode ser financiado a longo prazo, e tornar-se possível através do restabelecimento do crescimento económico. Contudo, esse crescimento tem de ser endógeno, ou seja, *o comboio pode andar, mas com a locomotiva colocada na retaguarda*. Desta forma, temos a

<sup>9</sup> Adda, Jacques (1996): *A mundialização da economia- Vol. I*; Lisboa, Terramar, pp.13

garantia de que *todas as carruagens* seguem o seu percurso e não apenas aquelas que se encontram junto dos centros de decisão.

## 9. A Racionalidade da Economia Camponesa

O facto de tendencialmente considerarmos os agregados familiares, e as famílias camponesas, apenas como consumidores, ao invés de os considerarmos produtores, pode levar-nos a tecer inferências erróneas.

De facto, a maioria dos camponeses africanos encontra-se excluída do mercado. Por diversos motivos foram remetidos para uma economia de subsistência.

## 10. A Questão das Terras

Uma das características da agricultura africana reside no facto de que a produção intervém nos pequenos agregados familiares, cujo acesso à terra é garantido por toda uma gama de direitos e obrigações tradicionais. Tendo em conta a importância da terra, raros são os autores que indicam explicitamente quais os sistemas mais compatíveis com a nova corrente de “liberalização”.

A necessidade de um “mercado de terras” (ou de se conceder direitos sobre as terras aos camponeses, que lhes sirvam de garantia para a obtenção de empréstimos) é, regularmente, levantada. No entanto, a maior rentabilidade da agricultura (efeito dimensão) atrairá grupos sociais que tenderão a monopolizar a terra. Trata-se, pois, de uma questão polémica de análise multifacetada.

### A questão da terra – o caso de Moçambique

A lei da terra, em Moçambique, estabelece que toda a terra pertence ao Estado, mas que os pequenos camponeses podem cultivá-la livremente. As empresas privadas podem cultivar a terra desde que paguem uma renda ao Estado. A nova proposta de lei, actualmente em debate na Assembleia<sup>10</sup>, dá ainda mais um passo no sentido da privatização, conservando, porém, o princípio básico de que toda a terra é propriedade do Estado. Ao mesmo tempo, legaliza-se a compra e venda do direito de utilização da terra, mas apenas a cidadãos moçambicanos. Além disso, ninguém pode vender os seus direitos de utilização da mesma sem primeiro ter, de algum modo, melhorado as terras. De futuro, somente o Estado terá o direito de conceder terra a interesses estrangeiros. A nova legislação legalizará o direito tradicional à terra, isto é, os chefes tradicionais estão autorizados a distribuir-la aos camponeses da sua área. Deste modo, são também legalizados os dois sistemas paralelos de propriedade das terras, que sempre existiram, desde os tempos do colonialismo.

As alterações, na legislação sobre terras em Moçambique, foram antecedidas por grandes pressões por parte das instituições de Bretton Woods. Estas instituições teriam preferido uma privatização total das terras para, desse modo, ter a segurança económica permitindo, assim, que os bancos comerciais concedessem empréstimos aos grandes agricultores privados, para introduzirem medidas de forma a melhorar a produtividade.

Entretanto, a resistência que a nova proposta de lei teve na Assembleia, dependeu muito do facto de o controlo da terra ser uma questão de sobrevivência. Por isso, o controlo daquela tem dominado sempre a vida das famílias camponesas. Apesar dos nossos conhecimentos sobre o poder tradicional em Moçambique serem relativamente limitados, sabemos que os proprietários tradicionais, e também aqueles que têm direito a utilizar a terra, desempenham uma função cultural, social e económica profunda, sobretudo porque a terra é vista como uma dádiva dos antepassados. A sua distribuição era feita segundo as diferentes posições sociais da família. A organização social da sociedade agrícola baseia-se nas formas de produção agrícola local. A cultura produzida pela família, que primeiro ocupou a terra, é de grande importância. Simbolicamente, é essa semente que continua a crescer e garante a sobrevivência do grupo. Ela é uma expressão de continuidade (e também uma minimização de riscos) e é mantida pelas relações familiares. O exercício de poder baseia-se em diferentes formas de comportamento socialmente legítimo emergentes de usos, parentescos e relações de

<sup>10</sup> Este debate teve início em 1996 e, no final de 2002, ainda não estava encerrado.

produção. Tal como em todas as sociedades hierárquicas, o exercício de poder faz com que todas relações desiguais sejam legitimadas. O poder é conservado e divulgado através das formas de comunicação social mágicas (rituais, cerimónias, mitos, etc.). Os grupos, com uma posição mais baixa, aprendem a aceitar a sua subordinação social que, ao longo de gerações, se torna permanente. O padrão de distribuição da terra é uma maneira de reflectir as relações de poder vigentes. Se os pequenos camponeses tiverem um acesso assegurado à terra, eles têm também uma garantia/protecção para não ficarem completamente desprovidos de meios. Assim, para os pequenos camponeses tornou-se importante organizar o acesso a créditos de um modo diferente e não necessitando de utilizar a terra como garantia, no sistema bancário comercial.

O cultivo em consorciação (geralmente milho e feijão) é outra forma de minimização de riscos, que permite, também, uma rotação natural das terras e daí, também, uma melhor produtividade. Por isso, os esforços feitos, no sentido de minimizar os riscos, fazem com que, muitas vezes, não se possa utilizar adubos e pesticidas visto que esses produtos nem sempre podem ser combinados com o cultivo em consorciação. Além disso, após um tempo, a terra exige que se continue a utilizar produtos químicos. A insegurança, em relação ao fornecimento correcto e no momento exacto desses produtos, faz com que os camponeses não arrisquem alterar os seus métodos tradicionais há muito comprovados. A confiança social é extremamente baixa devido à época colonial e à inexistência de uma instituição que mantivesse as infra-estruturas e os sistemas de abastecimento dos meios técnicos e financeiros, que eram exigidos para alterar os métodos de produção. Assim, no sentido de aumentar a segurança e a confiança social dos camponeses, é necessário que o sistema de propriedade da terra se baseie num crescimento de capital de baixo para cima, isto é, que parta das necessidades locais de abastecimento de bens alimentares e que evite uma produção para a exportação que seja planeada a nível central.

No âmbito de uma investigação feita, na Tanzânia, foi recentemente apresentada uma proposta interessante que valeria a pena estudar. Essa investigação recomenda que o direito à terra seja diversificado e que deixe de estar ligado ao poder governamental. Toda a terra deve ser classificada como nacional ou como pertencente a aldeias. Um comité independente, subordinado ao parlamento, deverá responsabilizar-se pela distribuição da terra nacional enquanto que o conselho de terra se responsabilizará pelas terras que pertencem à aldeia. Os habitantes da mesma têm acesso garantido à terra, segundo os costumes locais e após decisão do conselho de aldeia. Pode ser concedida, durante um certo período, autorização de alugar terras a pessoas que não pertençam à aldeia se a utilização proposta trouxer vantagens à aldeia. Em alguns aspectos, o sistema proposto faz lembrar o espírito da legislação recentemente discutida em Moçambique. No entanto, é a prática que estabelecerá se o direito de o Estado arrendar terras a interesses privados, se sobreporá à visão que os chefes tradicionais e os aldeões possuem sobre a maneira de utilizar a terra.<sup>11</sup>

## 11. O Papel dos Agentes de Desenvolvimento

Em grande medida, a força e o interesse dos actores determinam o espaço sócio-político numa estratégia dirigida para o nível local e guiada por actividades económicas. Por agente de desenvolvimento, entendemos alguém cuja actividade tem efeitos positivos sobre as condições sócio-económicas locais. O seu objectivo deverá ser o de contribuir para diminuir a distribuição regional assimétrica de recursos. Podemos distinguir várias categorias, tendo todas elas as suas possibilidades e limitações. Assim, é importante fazer uma análise do contexto sócio-político em que actuam, das relações entre elas e também dos esforços que influenciam estas relações.

Neste cenário, p.ex., o agricultor privado está limitado no seu papel como agente de desenvolvimento, porque, em regra, está descapitalizado e o sistema financeiro dificilmente disponibiliza créditos para substituir os meios mecanizados de produção necessários. A mesma situação limita o comerciante. E daí advém, talvez, o obstáculo principal à mobilização local de recursos: os camponeses produzem excedentes, mas ninguém os compra.

Se para existir desenvolvimento têm que se realizar investimentos, importa criar cenários que sugiram pistas para o aumento da mobilização de recursos por parte dos camponeses.

---

<sup>11</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders (1995); *ob. cit.*, pp. 192-194

## 11.1. O Papel dos Camponeses na Mobilização de Recursos

A *ideia* de que as famílias camponesas produziam, em primeiro lugar, para consumo e não para poupar (lei da subsistência) originou, naturalmente, uma série de complicações políticas. As famílias camponesas não contribuíam para a acumulação, não permitindo a reprodução de qualquer outra classe social e, por isso, foram consideradas quase um obstáculo ao desenvolvimento. Esta teoria foi mais tarde adaptada à situação dos camponeses no Terceiro Mundo (Scott 1974) e às formações sociais existentes em África (Hydén 1980).

As conclusões do Hydén são que o sector familiar nunca poderá contribuir para a mobilização de recursos e desenvolvimento. Ele baseia estas conclusões na necessidade que os camponeses têm de minimizar os riscos. Nestas circunstâncias, os camponeses estão mais interessados em ter um mínimo de receitas do que na alteração dos preços ao produtor. Quando o sustento se encontra assegurado, a elasticidade dos preços torna-se negativa, isto é, os camponeses não produzem mais, mesmo que recebam mais pagamento. A formação social impede uma modernização, a longo prazo, devido a um baixo grau de divisão de trabalho e à manutenção de um Estado fraco e pouco eficiente que é obrigado a fazer concessões dispendiosas em favor dos actores da economia de afeição<sup>12</sup>. A base de recursos não se desenvolve e, por isso, também não se criam quaisquer condições para acumulação e crescimento económico.

Em nosso entender, a economia de afeição é o modo dominante, nas zonas rurais africanas, e não desaparecerá só por apenas alguém assim o desejar. Em vez disso, interrogamo-nos sobre o que se poderá fazer para modificar esta situação, de modo a que o potencial de mobilização de recursos das famílias camponesas possa ser aproveitado.

Num contexto africano, o facto de os camponeses tentarem minimizar os riscos está muito ligado à divisão de trabalho dentro do agregado familiar. A mulher é responsável pela alimentação da família. Por necessidade, ela tenta reduzir, ao mínimo, os riscos corridos na produção agrária. Isto é também válido para o homem, mas apenas até ao momento em que a subsistência da família estiver assegurada. É também interessante perguntar de que maneira o homem contribui para assegurar essa subsistência. O acesso, cada vez menor, a terras fez com que a contribuição do homem para a subsistência da família fosse muito mais em forma de trabalho migratório ou de trabalho sazonal. Ao mesmo tempo que o homem começa a ter uma relação com o mercado, vai passando da esfera privada para a pública e, conseqüentemente, da lógica da economia de afeição para a lógica de mercado. Se o homem, com o seu trabalho sazonal, contribuir de forma satisfatória para o sustento da família, a mulher passa a usufruir de algum tempo livre, o que lhe permite produzir para venda. Assim, esta família integra-se noutra racionalidade e outra lógica. A questão da racionalidade (minimização dos riscos e maximização da produtividade) está extremamente dependente do contexto em que se verifica. Por isso, a questão é saber como esse contexto social deverá ser, e de que maneira o seu crescimento poderá ser promovido de modo a que os recursos dos camponeses possam a ser libertados. Dada a possibilidade de oferta de trabalho assalariado, existe, frequentemente, o risco de divisão de trabalho dentro do seio familiar, acentuando ainda mais, um aumento da exploração da mulher. Esta tem que trabalhar mais algumas horas por dia para garantir o sustento da família, ou as filhas são obrigadas a trabalhar em vez de frequentarem a escola. Contudo, estudos demonstram que a mulher, em grandes partes de África, já atingiu o seu limite.

Em nossa opinião, existem dois factores que são completamente decisivos. Em primeiro lugar, o Estado tem que intervir e garantir um "rendimento mínimo", isto é, o Estado, ao aumentar a armazenagem local de emergência, passa a encarregar-se do risco de sobrevivência. Até agora, tem-se verificado que o Estado não tem podido cumprir estas tarefas, ao mesmo tempo que a comercialização tem acarretado o risco de serem vendidas quantidades cada vez maiores de alimentos (Abrahamsson/Nilsson 1994). A economia de afeição foi exactamente fortalecida devido ao facto de a base de recursos ter sido tão escassa que a sobrevivência só podia ser garantida através da segurança colectiva. A rede de contactos informais e insensíveis que se criou não passa, na realidade, de uma pequena parcela da "sociedade de bem-estar" que o Estado, até ao momento, não teve capacidade de criar, a nível nacional. Somos também da opinião que apenas quando se tiver estabelecido esse nível mínimo é que se tornará interessante desenvolver a rede comercial. Experiências anteriores demonstram claramente que os camponeses não produzem mais se receberem mais dinheiro pelos seus produtos, isto é, não são os preços ao produtor em si que são decisivos. De importância consideravelmente maior é o acesso dos camponeses a bens de consumo e a serviços sociais. De modo a aproveitar a existente capacidade de mobilização de recursos, o Estado tem, em suma, que fornecer os bens e os serviços de que a sociedade camponesa necessita. Isto diz especialmente respeito a quatro áreas principais:

---

<sup>12</sup> A favor dos que estão mais próximos (familiar, política, reciprocidade ou de simpatia).

1. Aumentar a produção dos camponeses através do fornecimento de enxadas, sementes e garantias para riscos corridos (segurança alimentar).
2. Fomentar uma rede comercial que, com termos de troca razoáveis, possa comprar os excedentes dos camponeses e, ao mesmo tempo, fornecer bens de consumo básicos (sabão, sal, açúcar, petróleo, roupa, material escolar, pilhas e utensílios domésticos).
3. Incentivar o aparecimento de um sistema bancário (através do pagamento dos custos de transacção). Esse sistema deverá encarregar-se das quantias poupadas e, a um juro subvencionado (correndo o banco o risco de ter prejuízos), canalizar o dinheiro para os agentes económicos locais.
4. Fornecer serviços sociais, melhorando, assim, a capacidade física das pessoas e a possibilidade de utilizarem o tempo de uma maneira eficiente, por exemplo, para ir buscar água e lenha.

É muito provável que só quando estas medidas estatais tiverem sido tomadas será possível criar uma confiança social e uma comunhão de valores entre o nível local e o nível central. Então, estarão também criadas as condições para, a partir de necessidades identificadas a nível local, poder levar a cabo o trabalho de extensão, aconselhando os camponeses sobre técnicas agrárias que levem a um aumento de produtividade e dos rendimentos. Se a eficiência melhorar, verificar-se-á também uma modificação, na divisão de trabalho, dentro da economia familiar.<sup>13</sup>

## 12. Crescimento Lento do Sector Agrícola

Conclui-se, assim, que o crescimento lento da agricultura tem sido um dos factores principais de fome e pobreza, nos países menos desenvolvidos. É necessário aplicar políticas que passem forçosamente por questões como a equidade na distribuição de rendimentos, a propriedade das terras, as relações de produção, o financiamento através de um sistema financeiro da actividade, as relações intersectoriais e a divisão do trabalho entre os sexos.

**Quadro 3: Principais obstáculos ao desenvolvimento da agricultura  
O caso de uma região no Sul de Moçambique**

Obstáculo	Descrição
<b>Registo das terras insuficiente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Falta de meios para um registo correcto da terra</li> <li>o Processo de registo complicado</li> </ul>
<b>Situação precária / direitos indefinidos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Muitos pequenos agricultores ocupam terras não alocadas oficialmente, limitando a vontade de investir a longo prazo</li> <li>o Pouca confiança nos direitos da terra, dadas as inúmeras mudanças no passado</li> </ul>
<b>Parcelização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Agricultura de subsistência - cerca de 46% da terra é utilizada por pequenos agricultores com menos de 3 ha e 30% com menos de 1 ha.</li> <li>o Dificuldade de atingir a escala necessária à melhoria do rendimento</li> </ul>
<b>Redução da terra utilizável</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>o Crescimento contínuo de 2% ao ano da população.</li> <li>o Perdas de terra devido à salinização resultante da má drenagem.</li> <li>o Ameaças a longo prazo na desflorestação e ausência de política ambiental.</li> </ul>

Fonte: Desenvolver a região do Chókwé, Moçambique, Programa Competir, Mckinsey&Company, 2001

Vale a pena reflectir, um pouco, sobre aquilo que nos parece ser o ponto de partida de qualquer discussão acerca da problemática do desenvolvimento agrícola, colocando uma questão pertinente.

### 12.1. Quando é que o Sector Agrícola é Atraente?

As actividades de agricultura e de processamento para serem rentáveis, e geradoras de valor de forma independente (sem subsídios), têm de seleccionar, para cada região, as culturas e os mercados que são atractivos. A selecção das culturas deverá ser realizada em função das:

- 1) oportunidades relacionadas com a produção
  - a) condições climatéricas;
  - b) classificação do solo;
  - c) descrição das agro-indústrias;

<sup>13</sup> Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders (1995): *Ob. cit.*, pp. 209-211

- d) estimativa do custo *versus* rendimento sob diferentes regimes agrícolas;
  - e) potencial de custo e rendimento;
  - f) necessidades de capital;
  - g) capital e custo de processamento.
- 2) Oportunidades relacionadas com os mercados.

Para além de todos os condicionalismos, que temos vindo a apresentar, acresce alguma "miopia" das sociedades mais ricas. De facto, os países desenvolvidos não "têm facilitado" a saída para o desenvolvimento aos países menos preparados para esta *globalização viciada*.

Seria interessante desenvolver a questão da causalidade: *quem origina o quê*.

### **13. Protecționismo dos Países Desenvolvidos**

Nos Fóruns Sociais Internacionais, têm-se denunciado os males que, segundo os "aguerridos" participantes, a globalização traz aos pobres do mundo. Mas não parece que ali tenham surgido grandes preocupações com o que, na realidade, desgraça os países pobres: os subsídios.

Quase dois terços dos rendimentos dos agricultores da OCDE vêm de subsídios directos ou indirectos. Ajudas que, como é óbvio, os agricultores dos países pobres não dispõem, não podendo, assim, competir nesse mercado falseado impedindo desta forma de produtos importantes como o açúcar, arroz, carne, fruta e vegetais. Calcula-se que uma redução de 40 por cento dos direitos aduaneiros e dos subsídios à exportação agrícola, na OCDE, aumentaria o rendimento mundial em 60 biliões de dólares por ano.

Por outro lado, nos países ricos são os maiores agricultores aqueles que recebem mais ajudas. Os pequenos agricultores ficam, quase sempre, apenas com as *migalhas*. No entanto, as manifestações antiglobalização contam, geralmente, com a participação de agricultores, como o célebre francês José Bové.

Não admira que com esta cegueira generalizada – também podemos chamar-lhe hipocrisia – os Estados Unidos tenham adoptado, em 2002, uma lei agrícola escandalosamente protecționista. A Comunidade Europeia, por seu turno, adiou a reforma da Política Agrícola Comum Europeia, prejudicando não apenas os países do Terceiro Mundo como os candidatos de Leste à entrada na União.

Enquanto os movimentos antiglobalização não denunciarem, abertamente, as questões em que são parte interessada, como o protecționismo dos ricos – que não é apenas agrícola - contra o mérito da competitividade, ou a possibilidade dos empresários agrícolas de países com instrumentos político-económicos frágeis, não podem ser levados a sério quando falam em defesa dos pobres.

#### **13.1. Os Efeitos Negativos da Ajuda de Emergência Internacional a Nível Local**

Durante as duas últimas décadas aumentaram, de forma dramática, as necessidades de ajuda internacional a África. Tanto a população camponesa faminta, afectada pelas guerras, pelas secas ou ainda pelas cheias, como a população urbana, com baixo poder de compra, necessitam de ajuda. Simultaneamente, nestes países, têm existido áreas que, embora não tenham sido afectadas pelas calamidades (secas e/ou cheias) e que, apesar da guerra, puderam manter alguns excedentes de produção de bens alimentares. Todavia, esta produção excedentária em pouco tem fornecido as áreas deficitárias dos países. Isto deve-se a duas razões principais:

Por um lado, os doadores internacionais, em regra, compram excedentes de produção nos seus mercados. De facto, a ajuda de emergência internacional tem, frequentemente, uma relação directa com a política agrícola própria dos países doadores e a sua eventual produção

excedentária. Esta ajuda, em geral, não é posta à disposição dos países receptores, em forma de dinheiro, para a aquisição de bens alimentares quer local quer internacionalmente, conforme as necessidades e prioridades sugeridas pelos governos desses países. Em vez disso, na grande maioria, os doadores que disponibilizam comida à população fazem-no através de canais próprios, ditando as condições e deixando aos países receptores muito pequenas possibilidades de influenciar a situação.<sup>14</sup>

O facto de os doadores preferirem fornecer os excedentes da sua própria produção, como apoio de emergência, faz com que eles, com a ajuda do seu orçamento para a cooperação internacional, possam financiar partes das suas subvenções agrícolas. Se, com as verbas existentes efectuassem, compras, livremente no mercado local, em vez de utilizar e os canais de fornecimento, privilegiariam, assim, a produção e comercialização, os resultados seriam diferentes nos países menos desenvolvidos.

A ajuda alimentar vendida nas cidades à população com poder de compra, segue os preços dos cereais no mercado mundial. Esses preços são artificialmente baixos porque os países industrializados subvencionam a sua própria agricultura, influenciando os preços do mercado. Quando se faz a venda do milho importado, o seu preço é mais baixo do que o produzido no país. Assim, a ajuda alimentar internacional torna-se um obstáculo ao desenvolvimento da produção interna. Com o sistema de liberalização de preços, que os países foram obrigados a utilizar com a introdução do seu programa de recuperação económica, os produtores e distribuidores locais passaram a ser alvos de maiores exigências de produtividade e de rentabilidade que os agricultores mais mecanizados e desenvolvidos do resto do mundo. Este facto, por si só, retira a disponibilidade dos operadores internacionais com competências e capacidades de investir localmente, promovendo, em contraponto, os interesses individuais dos agentes económicos que manuseiam<sup>15</sup> os produtos doados.

Por outro lado, alguns doadores, ao insistirem que a ajuda de emergência seja distribuída de forma gratuita à população, distorcem o mercado. Sendo os canais de distribuição muito frágeis, estes produtos, por norma, chegam, normalmente, apenas a áreas em que parte da população já têm um certo poder de compra.<sup>16</sup> Lamentavelmente, é esta que, por norma, se apropria destas ofertas. Ironicamente, a distribuição gratuita, e não seleccionada de bens alimentares, pode levar a um aumento da diferenciação da população. Com efeito, aqueles que poderiam ter comprado a sua comida são os que têm acesso privilegiado aos donativos. Por ironia, utilizam o seu poder económico para revenderem essa mesma ajuda aos mais carenciados. Como o seu enriquecimento está dependente de ciclo de miséria, contribuem para bloquear qualquer ténue perspectiva de aumento da produção nacional ou de alteração do *Sistema*.

Esta circunstância faz com que a ajuda de emergência inequivocamente não seja positiva para o país receptor. Ao mesmo tempo que a ajuda alimentar internacional é de todo, necessária, pode, no entanto, ter consequências negativas a longo prazo através da destruição do tecido produtivo local.

### **13.2. Organizações Não-Governamentais e Estruturas Paralelas**

Um objectivo expresso pelos governos africanos consiste em dirigir o combate das calamidades por instituições locais. Entretanto, na realidade, as instituições normais da sociedade não o souberam fazer de uma forma coordenada. Um outro ideal é que o combate das calamidades seja

---

<sup>14</sup> Em vários casos os doadores fazem a sua própria identificação de necessidade e destinam o seu apoio a uma área determinada. Quando a ajuda alimentar chega, oito a dez meses mais tarde, muitas vezes a situação de abastecimento já está modificada.

<sup>15</sup> Introduzem-nos no mercado ganhando a intermediação.

<sup>16</sup> Por exercerem actividades económicas que não são afectadas pelas calamidades, ou porque entram no logro dos donativos.

organizado e executado, de modo a que pudesse facilmente transformar-se em trabalho de desenvolvimento, quando a situação de catástrofe cesse, o diminua.

Nesta perspectiva, está implícito, que o Estado deve “aprender” a manusear uma situação de emergência, tanto a nível local como central. A formação de estruturas paralelas, por parte dos doadores ameaça constantemente esses objectivos.

Quando mais organizações estrangeiras se encarregarem da administração local da ajuda de emergência, mais longe da realidade ficará o sistema de administração normal da sociedade. De facto, são as organizações não governamentais estrangeiras, e não a administração normal da sociedade, que “arquivam” conhecimentos e experiências.<sup>17</sup>

## **14. O Caso do Algodão em Moçambique**

### **14.1. Caracterização Geral da Cultura**

O algodão é uma cultura produzida em mais de 80 países, com uma produção mundial anual em redor dos 20 milhões de toneladas de fibra, sendo uma das mais importantes culturas de rendimento, assumindo um papel importante na economia dos países em desenvolvimento.

Poucas culturas podem competir com o potencial que o algodão oferece de se poder acrescentar valor ao produto, através dos vários tipos de processamento industrial a que pode ser sujeito no país, nomeadamente, o descaroçamento, a fiação, a tecelagem, e a confecção, para além da indústria de óleo e sabões.

A produção algodoeira é ideal para o sector familiar, sendo cultivada, com sucesso, em países em desenvolvimento, como a Índia, Paquistão, países da África Ocidental, Austral e Oriental, contribuindo decisivamente para a melhoria da economia camponesa.

A vantagem comparativa do algodão, em relação a outras culturas, reside numa maior tolerância à seca, na sua rentabilidade quando comparada aos grãos, para além de ser uma das poucas culturas em Moçambique, com garantia de mercado para o camponês produtor, dado que as empresas de fomento garantem a sua compra no final da campanha. Estas razões determinam a popularidade e a expansão da cultura.

### **Uma Análise Realizada pela Associação Algodoeira de Moçambique<sup>18</sup>**

"Uma das formas de medir a competitividade do nosso subsector é fazer a comparação das vantagens e desvantagens que temos em relação aos nossos vizinhos. As condições de clima, bons solos, disponibilidade de terra e o facto da produção ser feita relativamente perto dos portos em Moçambique, deveriam constituir vantagens a nosso favor, quando comparamos a nossa situação com a da África do Sul. A realidade, no entanto, é a seguinte:

- Os custos de transporte rodoviário, que é o principal meio de transporte utilizado para o algodão em Moçambique, são 3.75 vezes mais caros. O transporte representa 15% dos custos de produção do algodão.
- Os custos, no porto, para exportar uma tonelada de fibra de algodão a granel, são cerca de 65 dólares. Na RSA, o custo de exportação de uma tonelada em contentor é de 2.5 dólares.
- O custo de frete do algodão para a Europa, proveniente em Moçambique, é de cerca de 135 dólares por tonelada. O transporte da RSA para a Europa tem o custo de 50 dólares.

<sup>17</sup> Nilson, Anders e Abrahamsson, Hans; *Moçambique em Transição - um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*; Maputo, GEGRAF, pp. 128

<sup>18</sup> Documento apresentado na Conferência Parcerias Público-Privadas em Moçambique, Maputo, 1/10/2002 da autoria de Carlos Henriques

- A maioria das fábricas de descaroçamento de algodão em Moçambique, funciona com geradores de electricidade movidos a gasóleo. O nosso custo de energia é quatro a cinco vezes mais elevado que na RSA.

### Infra-estruturas

- O facto de a economia ser pouco desenvolvida, significa que não há empresas que possam prestar serviços, de qualidade, aos operadores como os do subsector algodoeiro, que operam no interior do País. Em consequência, as empresas algodoeiras têm de realizar operações, elas próprias não essenciais à sua actividade, nomeadamente a nível de transporte, oficinas mecânicas, de electricidade, equipamentos e brigadas de reabilitação de estradas, entre outros. Esta situação pressupõem custos acrescidos.
- Não há, em Moçambique, fornecedores de serviços para a indústria de descaroçamento do algodão. O sistema complexo para a importação de sobressalentes e órgãos mecânicos leva a que uma importação demore, no mínimo, três semanas. Ora, nenhuma fábrica de descaroçamento pode ficar paralisada durante aquele período de campanha. O resultado que daí advém são inventários enormes de *stocks* que as empresas têm de fazer, a elevados custos.

### Outros

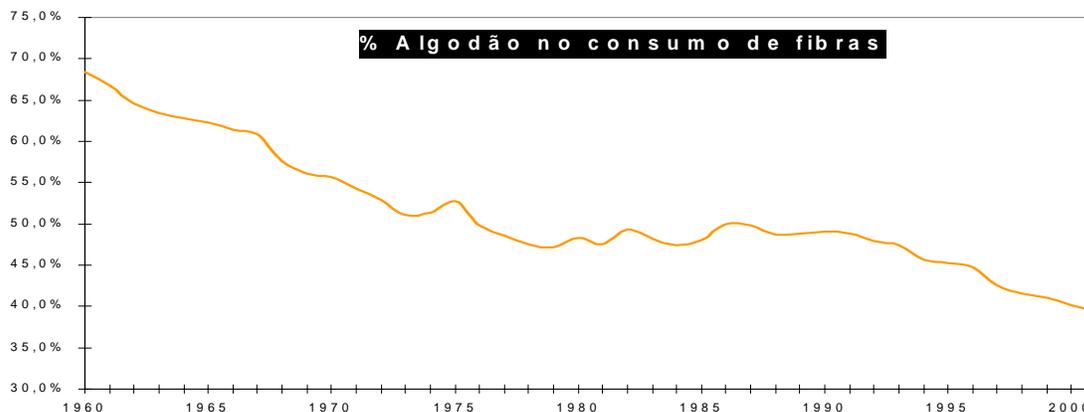
4. A lei do trabalho não permite, hoje, às empresas terem a elasticidade necessária para fazer face à globalização da economia. A empresa agrícola tem de ter flexibilidade de poder mudar de um produto para outro (deixar o algodão e produzir outra cultura) ou mesmo encerrar uma operação temporariamente. Os valores de indemnização são excessivos.

5. O inspector do trabalho, que faz uma inspecção numa empresa, é ele mesmo que determina a multa a aplicar em caso de infracção. Este princípio de justiça é conceptualmente errado. A sanção deve ser decidida por um juiz."

## 14.2. O Mercado Mundial

A primeira constatação é o facto de a fibra de algodão que, em 1960, representava cerca de 70% das fibras têxteis consumidas, estar hoje reduzida a cerca de 40%.

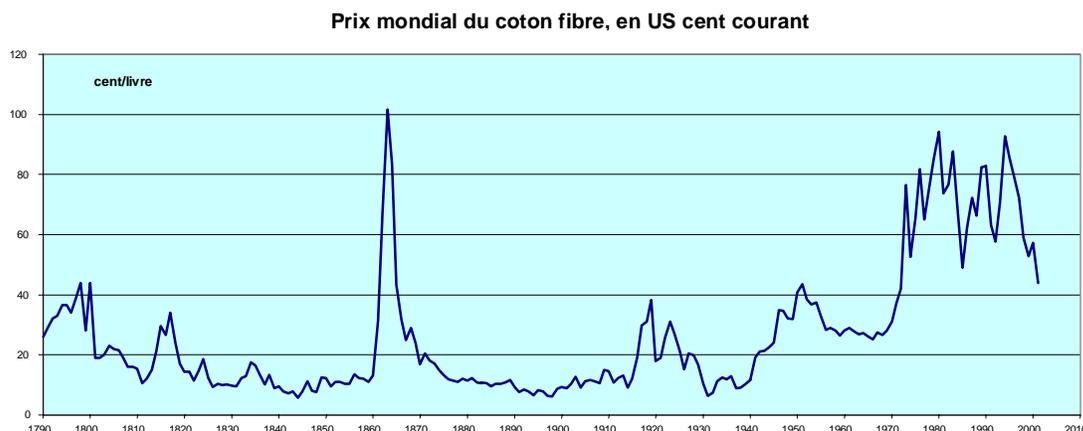
**Figura 4: Evolução do peso do algodão no consumo de fibras têxteis**



Fonte: Associação Algodoeira de Moçambique; Conferência Parcerias Público-Privado em Moçambique - o algodão: Maputo, 1/10/2002

Embora o consumo de fibra têxtil tenha uma subida de 1,2% ao ano, estando o aumento do consumo centrado no Equador e Ásia, devido ao acréscimo demográfico e força de trabalho barata para a indústria têxtil, o peso relativo do algodão, no consumo total, tem vindo a diminuir (produtos substitutos).

**Figura 5: Preço mundial da fibra de algodão (cents/pound)**



Fonte: Associação Algodoeira de Moçambique; *Conferência Parcerias Público-Privado em Moçambique - o algodão*: Maputo, 1/10/2002

Os preços internacionais, entre 1995 a 2000, variaram de 118 a 35 cêntimos do dólar por libra/peso.

A política de subsídios à produção, por parte dos países desenvolvidos (acima referida), está a distorcer a competitividade. De 1987 e 2000, a produção subsidiada variou entre 69% e 52% do total da produção mundial.

**Quadro 4: Subsídios na produção de algodão**

	[milhões USD]	
	1998	1999
Brasil	521	622
China	4.501	3.830
Egipto	230	229
México	219	137
Grécia	390	428
Espanha	104	125
Turquia	882	795
EUA	3.030	3.964
<b>Total</b>	<b>9.877</b>	<b>9.660</b>

Fonte: Associação Algodoeira de Moçambique; *Conferência Parcerias Público-Privado em Moçambique - o algodão*: Maputo, 1/10/2002

Os três factos exógenos (diminuição da procura da fibra de algodão, volatilidade dos preços no mercado internacional e a política de subsídios dos países mais desenvolvidos), associados a factores endógenos (perda de competitividade do contexto sócio-económico e ausência de uma política de investimento em I&DE – por exemplo, a engenharia genética-) levam, naturalmente, a uma deterioração dos termos de troca, em prejuízo dos agricultores menos competitivos.

**Quadro 5: Receita bruta média por ha**

Campanha	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00
1000 MT/ha	102	150	277	340	433	988	1,367	1,305	1,174	705

Fonte: Associação Algodoeira de Moçambique; *Conferência Parcerias Público-Privado em Moçambique - o algodão*: Maputo, 1/10/2002

Função do baixo rendimento, o produtor tem vindo a deixar de praticar a cultura do algodão. É uma questão de sobrevivência para o camponês. Trata-se da negação do propósito de captar investimento estrangeiro. É um futuro adiado!

## Bibliografia

- Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders (1995): "Ordem Mundial Futura e Governação Nacional em Moçambique"; Goteborg, PADRIGU (Centro de pesquisa de paz e desenvolvimento Universidade de Gotemburgo)
- Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders (1995): "The Washington Consensus" e Moçambique: a importância de questionar o modo de pensar ocidental sobre o processo de desenvolvimento do continente africano; Goteborg, PADRIGU (Centro de pesquisa de paz e desenvolvimento Universidade de Gotemburgo)
- Abramovitz, M. (1986); *Catching up, forging ahead, and falling behind*, *Journal of Economic History*, reimpresso em M. Abramovitz (1989)
- Abramovitz, M. (1994); *The origins of the postwar, catch-up and convergence boom*; em Fagerberg e outros (org.)
- Adda, Jacques (1996): *A mundialização da economia- Vol. 1- Génese*; Lisboa, Terramar
- Adda, Jacques (1996): *A mundialização da economia- Vol. 2- Problemas*; Lisboa, Terramar
- Amable, Bruno e Chatelain, Jean-Bernard (1995); "Efficacité des Systèmes Financiers et Développement Économique"; 61, 135-154
- Andersen, E.S. e Lundval, B.A. (1988); "Small national systems of innovation facing technological revolutions: an analytical framework"; C. Freeman e B.A. Lundvall (org.), 9-36
- Arrow, K. (1962); "The Economic Implications of Learning by Doing"; *Review of Economic Studies*; XXI (3), 80, 155-173
- Assidon, E.(1989); *Le Commerce captif. Les sociétés commerciales françaises de l'Afrique noire*. Paris; L'Harmattan
- Bairoch, Paul (1995); *Mythes et Paradoxes de l'Histoire Économique*; Paris; La Découvert
- Banha, Francisco (2000); *Capital de Risco*; Lisboa, Bertrand Editora, pp. 228
- Baranano, A. M. (1995); "Key questions on technological collaboration literature review"; CISEP
- Barreto, António (2002); *Cidadania e Novos Poderes Numa Sociedade Global*; Publicações Dom Quixote
- Bártolo, João (1998); *A Ética Empresarial in Jornadas Empresariais Portuguesas; Encontro de Vidago*; Porto; AIP
- Bhagwati, Jadish N. (1974); "Illegal Transactions in International Trade"; N.Y, North-Holland-American Elsevier
- Bloom, David E. (2002); "O Capitalismo Social e a Diversidade Humana" in *A Sociedade Criativa do Século XXI*; GEPE
- Braudel, Fernand (1989); *Gramática das Civilizações*; Lisboa, Teorema
- Brieman, Jean (1993); *Ganhar a Competição Mundial*; Lisboa, Dom Quixote
- Calvino, Italo (1990); *As Cidades Invisíveis*; Teorema, pp. 11
- Caraça, João (1993), *Do Saber ao Fazer: Porquê Organizar a Ciência*, Lisboa; Gradiva
- Carvalho, Rui Moreira de (2000); *O impacto das novas tecnologias da informação no comércio alimentar*; Lisboa, Edições Cosmos
- Carvalho, Rui Moreira de (28/10/2002); *A imagem de um país*, in *Diário Económico*
- Carvalho, Rui Moreira de (11/12/2000); *Os media e os processos de internacionalização*, *Diário Económico*,

- Carvalho, Rui Moreira de (2003); *Compreender África*; Lisboa, Temas e Debates
- CEE (1996), *Livro Verde sobre o Comércio*, Lisboa, Novembro
- Cesar das Neves, João (1994); *O QUE É ECONOMIA*; Difusão Cultural
- César das Neves, J., Rebelo Sérgio (2001); *O Desenvolvimento Económico em Portugal*; Lisboa, Bertrand
- César das Neves, J.; Rebelo, S. (2001); *O Desenvolvimento Económico em Portugal*; Lisboa, Bertrand, pp. 54
- Coelho, Filipe (2000); *Sistemas Financeiros e Desenvolvimento Económico*; Lisboa, Vega Editora
- Conceição, Sofia (2003); *O Valor da Diferença*, in *Ideias&Negócios*, nº 57, Março 2003
- Corado Simões, Victor (1997); *Estratégias de Internacionalização das empresas Portuguesas in Comércio e Investimento Internacional*, Lisboa; ICEP
- Clook, Clive (2000); "Desenvolvimento Económico do Terceiro Mundo", in *Dicionário de Economia*; Lisboa; Principa
- Davidson, Basil (2000); *O fardo do Homem Negro*; Porto, Editora Campo de Letras
- Domingos, Estela (1997); *Os desafios das Tecnologias de Informação e Telecomunicações (TIT) nos Países em Desenvolvimento*; Lisboa, ISEG
- Dosi, G (1984); *Technical Change and Industrial Transformation*; Londres, MacMillan
- D. Runnals, *Shall we dance? What the North Needs to do to Fully Engage the South in the Trade and Sustainable Development Debate*, IIDS
- Feliciano, José Fialho (1998); *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*; Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique
- Freire, Adriano (1997); *Estratégia*; Lisboa, Lisboa, Verbo Editora
- Freire, Adriano (1998); *Internacionalização*; Lisboa, Verbo Editora
- Friedman, Thomas L. (2000); *Compreender a Globalização: o Lexus e a Oliveira*; Lisboa, Quetzal
- Francis, Fukuyama (1996); *CONFIANÇA, Valores sociais & criação de prosperidade*, Lisboa, Gradiva
- Fukuyama, Francis (1999); *O Fim da História e o Último Homem*; Lisboa, Gradiva
- Fukuyama, Francis (1999); *The Great Disruption: Human Nature and The Reconstitution of Social Order, The Free Press*.
- Fundação Calouste Gulbenkain (2002); *Cidadania e novos poderes numa sociedade global*; Publicações Dom Quixote, pp. 227
- Gaspard, Michel (1997); *Reinventar o Crescimento*; Lisboa, Terramar
- Gerschenkron, A. (1966); "Economic Backwardness in Historical Perspective"; *Harvard University Press*
- Giddens, Anthony (2000); *O Mundo na Era da Globalização*; Lisboa, Editorial Presença
- Giraud, Pierre-Noel (1996); *A Desigualdade do Mundo*; Terramar
- Giraud, Pierre-Noel (1998); *A economia é coisa do diabo?*; Lisboa, Terramar
- Gladwin, Thomas N. (2001); Um apelo ao desenvolvimento sustentável in *Estratégia*, Diário Económico
- Grayson, D., Hodges, A. (2001); *Everybody's Business*; London; Dorling Kindersley
- Grayson, D.; Hodges, A. (2002); *Compromisso social e gestão empresarial*; São Paulo; Publifolha
- Harris, N. (1987); *The End of the Third World*; Harmondsworth, Penguin
- Hernani Lopes (2001); *I Seminário Integração Social das Economias da África Austral*, Maputo
- Hayek, Friedrich (1960); "The Constitution of Liberty"; Londres, Routledge and Kegan Paul
- Henriques, Carlos (2002); Documento apresentado na Conferência Parcerias Público-Privadas em Moçambique, Maputo, 1/10/2002
- Hirschman, A. (1965); "Obstacles to development: a classification and a quasi vanishing act"; *Economic Development and cultural change*; vol. 13, nº 4, 385-393
- Hofstede, Geert (1997); *Compreender a nossa Programação Mental*; Lisboa, Silabo
- Hofstede, Geert (2001); *Culture's Consequences: comparing values, behaviors, institutions and organizations across nations*; Sage Publication
- Hugon, Pillipe (1999); *Economia de África*; Lisboa, Editora Vulgata

Huntington, S. (1999); *O Choque das Civilizações e a mudança da ordem mundial*; Lisboa, Gradiva

Jagdish, Bhagwati (2000); "Proteccionismo", in Dicionário de Economia; Lisboa; Principia  
Johnson, Pierre Marc (2001); "Para lá do comércio: defesa de uma agenda alargada da governação internacional" in *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*; DOM QUIXOTE

Kotler, Philip (2000), *Marketing estratégico para o século XXI*; S. Paulo; Editora Futura  
Kotler, Philip (2000), *Administração de Marketing, 10ª Edição*; S. Paulo: Prentice Hall  
Krueger, Anne O. (1974); "The Political Economy of a Rent-Seeking Society"; *American Economic Review*, 64, 291-303

Landes, David S (1998); *Riqueza e a pobreza das Nações*; Rio de Janeiro, Editora Campus  
Lawrence, Robert Z. (2000); "Competitividade", in Dicionário de Economia; Lisboa; Principia  
Lendrevie, J., Lindon, Dionísio, P., Rodrigues, V, (1993), *Mercator, Teoria e Prática do Marketing*, Lisboa: D. Quixote

Lewis, W. Arthur (1994); *Economic Development with Unlimited Supplies of Labor*, Paradigms in Economic Development, Rajani Kanth, ed.M.e.Sharpe; N.Y., Armonk

Lundvall, B.A. (1988); "Innovation as an Interactive Process: from user-producer interaction to the national system of innovation"

Lipton, M. (1977); *Why Poor People Stay Poor: a study of urban bias in World Development*; London, Temple Smith

Lipietz, A. (1985); *Mirages and Miracles: the crisis of global fordism*; London, Verso

Magriço, Victor (1995); *Sistemas financeiros e financiamento do desenvolvimento*; CESA – Coleção documentos de trabalho nº 34

Martin, Hans-Peter, Schumann, Harald (1998); *A Armadilha da Globalização*; Lisboa, Terramar  
Martins, Pedro Rodrigues (1997); *Cooperação tecnológica: a experiência dos maiores investidores de I&D em Portugal*; tese, Lisboa, ISEG

Mateus, Augusto; Brito, Brandão e Martins, Victor (1995): *PORTUGAL XXI, Cenário de desenvolvimento*; Lisboa, Bertrand

McCarty, M. H. (2001); *Como os grandes economistas deram forma ao pensamento moderno*; Prefácio

Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (2000); *O processo de reabilitação da rede comercial e o desenvolvimento dos mercados informais*; Maputo

Moore, B. (1969); "Social Origins of Dictatorship and Democracy"; Harmondsworth, Penguin

Moreira, José Manuel (1998); *A Ética Empresarial e Responsabilidade Social da Empresa in Jornadas Empresariais; Encontro de Vidago*; Porto; AIP

Murphy, Patrick (1998); *Eighty Exemplary Ethics Statements*, University of Notre Dame Press, 1998

Myrdal, Gunnar (1944); *An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*, NY, Harper

Murteira, Mário (1997); *Economia do Mercado Global*; Lisboa, Editorial Presença

Murteira, Mário (2002); *O Economista Acidental (e voador frequente)*; Lisboa, Ad Litteram

Murteira, Mário (2003); *Globalização*; Quimera Editores,

Nilson, Anders e Abrahamsson, Hans (1998); *Moçambique em Transição - um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*; Maputo, GEGRAF

Perez, C. e Soete, L. (1980); "Catching up in technology: entry barriers and windows of opportunity"; em G. Dosi e outros (org.), 458-479

Rebelo, Sérgio (2001); "Educação, capital humano e desenvolvimento económico"; *Globalização, desenvolvimento e equidade*; Lisboa, Publicações Dom Quixote

Relvas, Alexandre (1998); *A Nova Cadeia de Valor in Jornadas Empresariais Portuguesas; Encontro de Vidago*; Porto; AIP

- Rocher, Guy (1989); *Sociologia Geral - a organização social*, Lisboa; Ed. Presença
- Romer, Paul (1990); "Endogenous Technical Change"; *Journal of Political Economics*, 98, S71-S102
- Rose-Ackerman, Susan (2002); *Corrupção&Governo*; Editora Prefácio
- Rosenborg, N. (1982); "Inside the Black Box: technology and economics"; Londres, Cambridge University Press
- Rossouw, Deon (2002); "Business Ethics in Africa"; Cape Town, Oxford University Press Southern Africa
- Pankaj, Ghemawat (1999); *A Estratégia e o Cenário dos Negócios*; São Paulo, Bookman
- Pourcet, G. (1979); *La Dynamique du sous-développement à Madagascar, thèse*; Paris-Nanterre
- Polanyi, K. (!975); "The Great Transformation"; New York, Octagon Press
- SaeR (2001); *Estratégia Económica e Empresarial de Portugal em África – Vol. III – Os actores e as estratégias*;
- SaeR (2001); *Estratégias Económica e Empresarial de Portugal em África – Vol. VI - Conclusões e Propostas de Actuação*;
- Salavisa Lança, Isabel (2001), *Mudança Tecnológica e Economia*, Lisboa, Celta Editora
- Sandbrook, R e Barker, J (1985); *The Politics of Africa's Economic Stagnation*; Cambridge, Cambridge University Press
- Sen, Amartya (2003): *O Desenvolvimento como Liberdade*; Lisboa, Gradiva
- Solow, Robert (1956); "A Contribution to the Theory os Economic Growth"; *Journal of Political of Economics*, 70, 65-94
- Stepfen Ellis e Yves – A. Fauré (2000); *Empresas e Empresários Africanos*; Editora Vulgata
- Stoleru, Lionel (1988); *Ambição Internacional*; Lisboa, Pensamento
- Susan Rose-Ackerman (2002); *CORRUPÇÃO & GOVERNO*; Editora Prefácio
- Teulon, Frédéric (1994); *Crescimento, Crises e Desenvolvimento*; Lisboa; D. Quixote
- Torres, Adelino (1998); *Horizontes do desenvolvimento africano: no limiar do Séc. XXI*; Lisboa, Vega Editora
- Yunus, Muhammad (2002); *O Banqueiro dos Pobres*; Difel Editora, pp.313
- Young, Alwyn (1995); "The Tyranny of Numbers: Confronting the Statistical Realities of the East Asian Growth Experience", *Quartely Journal of Economics*, 110, 641-80
- Van de Walle, Nicolas (2001); F. Calouste Gulbenkian; *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*; Quixote
- Vindt, Gérard (1999); *500 anos de Capitalismo: A Mundialização de Vasco da Gama a Bill Gates*; Lisboa; Temas & Debates
- Warnier, Jean-Pierre (2000); *A Mundialização da Cultura*; Lisboa, Notícias Editorial
- «A Situação da População Mundial em 2002 – População, Pobreza e Oportunidades»; Fundo das Nações Unidas para a População (FNUP), 2001
- Ciências Sociais em África, CODESRIA, 1992
- "Economic Growth", Paul M. Romer, retirado *The Fortune Encyclopdia of Economics*, David R. Hendersen (ed.) Copyright, Warner Books
- Manuel R. Agosin, David E. Bloom, e Eduardo Gitli, *Globalization, Liberalization and Susteintable Human Development: Analytical Perspectives*, documento apresentado na X Conferência da UNCTAD, Banguecoque, 16 de Fevereiro de 2000. (disponível em [www.riverpath.com](http://www.riverpath.com)).
- "Roots of the Future", Commission for Racial Equality, Londres, 2000